

O documento nas ciências sociais: construção e contextos sociais

Rolando Lalanda-Gonçalves
CES-UA, Universidade dos Açores, Portugal

Resumo

A análise do documento, no contexto das ciências sociais, permite relevar diversas dimensões epistemológicas e heurísticas. Neste contexto convém questionar o que se entende por *documento* em ciências sociais e humanas. Se o considerarmos como *um resultado da ação humana* teremos de contextualizá-lo e assim compreender o seu significado num duplo quadro: o da *construção do documento* para as ciências sociais e o “lugar do documento” (documentos oficiais, projetos, programas, textos de referência...) no contexto das interações sociais. Adotaremos uma perspectiva crítica no quadro de uma meta-análise que, tal como em Uhl (2004) pretende por em evidência os *processos institucionais de legitimação, os pressupostos teóricos e as visões do mundo* subjacentes à construção do documento e à compreensão do seu lugar no contexto das interações sociais, onde se revela os mecanismos sociais de defesa que devem ser tidos em conta para captar os múltiplos significados da ação social.

Palavras-chave: Documento; Mecanismos de defesa social; Abordagem qualitativa; Crítica documental; Sociologia do conhecimento.

Le document dans les sciences sociales: la construction et sociaux contextes

Résumé

L'analyse du document, dans le cadre des sciences sociales, met en évidence plusieurs dimensions heuristiques et épistémologiques. Dans ce contexte, il convient de s'interroger sur ce que l'on entend par le document dans les sciences humaines et sociales. Si l'on considère comme un résultat de l'action humaine, nous devons contextualiser le document et ainsi de comprendre leur signification dans un double cadre: la construction du document pour les sciences sociales et la "place du document" (documents officiels, des projets, des programmes, des textes de référence...) dans le contexte des interactions sociales. Nous allons adopter une perspective critique (dans le cadre d'une méta-analyse), qui vise à mettre en évidence les processus institutionnels de légitimation, les hypothèses théoriques et des visions du monde qui sous-tendent la construction du document et la compréhension de sa place dans le contexte des interactions sociales (cf. Uhl 2004) qui révèlent les mécanismes de défense sociale qui doivent être prises en compte pour saisir les multiples significations de l'action sociale.

Mots-clés: Document; Mécanismes de défense sociale; Approche qualitative; Critique du document; Sociologie de la connaissance.

The document in the social sciences: construction and social contexts

Abstract

The analysis of the document, in the context of the social sciences, reveals several heuristic and epistemological dimensions. In this context it is appropriate to question what is meant by document in the humanities and social sciences. If we consider the document as a result of human action we must contextualize it and thus to understand their meaning in a double frame: the construction of the document for the social sciences and the "place of the document" (official documents, projects, programs, texts of reference...) in the context of social interactions. We will adopt a critical perspective (in the framework of a meta-analysis), which aims to bring to light the institutional processes of legitimation, the theoretical hypotheses and world views that underlie the construction of the document and the understanding of its place in the context of social interactions (cf. Uhl 2004) which reveal the social defense mechanisms that must be taken into account to capture the multiple meanings of social action.

programs, texts...) in the context of social interactions. We will adopt a critical perspective in the context of a meta-analysis, as in Uhl (2004) aims to put in evidence the institutional processes of legitimation, the theoretical assumptions and visions of the world underlying the construction of the document and the understanding of its place in context of social interactions which reveals in multiple contexts, the social defense mechanisms that must be taken into account to capture the multiple meanings of the social action.

Keywords: Document; Mechanisms of social protection; Qualitative approach; Documentary analysis; Sociology of knowledge.

1 INTRODUÇÃO

Todo e qualquer *documento* é *contextualizável* num determinado quadro social e cultural. Ora, é neste quadro que, pela sua complexidade, o *documento* entra no quadro das relações sociais e assume um determinado *papel* no jogo das relações sociais atribuindo valor a determinados atos ou configurando determinadas relações.

Por outro lado, no contexto da produção científica em ciências sociais somos confrontados com diversos tipos de documentos. Os produzidos pelo investigador (através de inquéritos ou de entrevistas) e os colocados à sua disposição através de organizações ou instituições especializadas na recolha de dados (Institutos de estatística, Institutos de sondagens...etc) visando outros objetivos do que o do simples conhecimento da *realidade* social.

Para melhor compreender o que “está em causa” neste quadro analítico torna-se indispensável revisitar a perspetiva crítica de Rudolph Rezsóhazy formulada nos anos setenta do passado século XX mas que se mantém muito atual pela clarividência da sua abordagem epistemológica e heurística aos fatos sociais. Na sua obra “*Theorie et Critique des faits sociaux*” Rezsóhazy enuncia o juízo crítico dos factos sociais nas seguintes dimensões: a crítica da *identidade*; a crítica da *restituição*; a crítica da *originalidade*; a crítica da *interpretação*; a crítica da *autoridade* e a *confrontação*.

A crítica da *identidade* está ligada ao informador para estabelecer as suas “*coordenadas sociológicas, descobrir a sua personalidade e de situar a informação no tempo e no espaço*” (Rezsóhazy: 97); a crítica de restituição questiona se a “*informação se encontra no estado da sua primeira versão...Esta é a questão central da crítica da restituição. Não é possível passar a etapas seguintes da operação da crítica enquanto não respondermos a esta questão.*” (Rezsóhazy 104); a crítica da interpretação por seu lado tem por objeto “*descobrir*

o significado exato da fonte e da observação o que implica não apenas a descoberta do sentido literal de um texto, de uma palavra ou o significado aparente de ato, de uma imagem ou de um objeto, mas também o seu sentido real, o alcance que lhe é conferido numa cultura ou numa determinada situação” (Rezsahazy: 111). A crítica da autoridade consiste na operação que *“consiste a fazer emergir a parte de verdade, a distinguir na informação o que corresponde à realidade e o que foi deformado pelo informador. Examina-se o crédito que merece a testemunha, a autoridade quer lhe pode ser conferida, a fidelidade com a qual esta reproduz os factos”* (Rezsahazy: 125)

Para concluir este processo, o do *juízo crítico*, é necessário proceder à *confrontação*. Com efeito o mesmo facto “é muitas vezes reportado por um ou por várias testemunhas. Estas devem ser confrontadas. *“Trata-se de um controlo decisivo. Se a confrontação das testemunhas não é possível porque um facto é apenas reportado por uma ‘única testemunha, o controle não deixa de ser possível: examinamos como o facto em questão se insere na série de factos conexos. E podemos e devemos sempre confrontar os factos com as leis lógicas, físicas e psicossociológicas.”* (Rezsahazy 1976: 133).

Em conclusão para Rezsahazy assume no juízo crítico das informações/documentos os seguintes itens: coordenadas sociológicas/personalidade do informador; natureza da informação: reportada/ ou original; significado contextualizado da informação; deformação ou não da informação pelo informador e confrontação entre diversos atores/testemunhas.

Neste contexto, assume particular importância a teoria das reações de defesa nas relações sociais teorizada por Roger Mucchielli (1979) ao levantar a questão fundamental das condições em que são produzidas as “informações” através das quais se produz o “saber social”. Assim nesta comunicação iremos abordar, ainda que sumariamente, estes mecanismos de defesa que estão na base da produção “documental” tendo em vista realizar uma síntese acerca do que significa o “documento” na pesquisa em ciências sociais e humanas.

Assim sendo esta comunicação irá abordar os seguintes pontos:

- A análise documental no contexto das ciências sociais e humanas.
- Os paradigmas científicos e campo científico em ciências sociais e humanas
- Os *mecanismos de defesa social* e a construção e interpretação de *documentos*.

Pretende-se realizar neste quadro uma breve síntese que tem como objetivo final mostrar a radical unidade das ciências sociais e humanas no tratamento da informação e na construção e interpretação de documentos ou corpus documentais.

2 A ANÁLISE DOCUMENTAL EM CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS

Quando folheamos os manuais de metodologia em ciências sociais e humanas verificamos que na rubrica consagrada à análise documental muito pouco é refletido acerca do “documento”. Este é quase sempre considerado como um *dado* seja este recolhido num contexto externo à investigação (documentos oficiais, ...) seja este construído no contexto da pesquisa. Para Marie-Fabienne Fortin a análise documental assenta essencialmente na necessidade do investigador tomar conhecimento dos trabalhos anteriores que levaram a conclusões provadas e afirma: *A investigação documental inscreve-se neste contexto e propõe um processo lógico para a consulta das referências gerais...* (Fortin, M., 3ªed., 2003:76)

No quadro das ciências sociais, muito embora nunca se defina concretamente o conceito de documento, assumimos que este seja considerado como algo “certificado”, “provado”, em suma “instituído”, “aceite”, e “convencionado” como tal pelo conjunto dos investigadores. Neste caso as “fontes documentais” encontram-se disponíveis através de catálogos de uma biblioteca; índices (índex); repertórios analíticos (resumos); bibliografias; e bases de dados em linha ou em CD-ROM (Fortin, M., 3ªed 2003:76-77).

A referência a outro tipo de documentos é por vezes escassa e confusa. Porém, é já antiga a utilização de *documentos pessoais* na investigação sociológica designadamente na perspectiva do interacionismo metodológico.

Também a utilização de documentos sonoros ou iconográficos...é por vezes é ignorada e remetida para a utilização de diversas técnicas de análise. Ora este carácter redutor, na análise dos *documentos* ou de corpus de documentos nas ciências sociais releva de um certo carácter unidimensional e hiper-racionalista que presidiu à construção dos objetos das referidas ciências.

Como afirma Danielle Boisvert “ *o mundo da informação explodiu. Observa-se uma grande diversidade de instrumentos de comunicação do pensamento científico. Passa-se do livro impresso a uma rede eletrónica diversificada. Os suportes variam mas a investigação do conteúdo mantem-se como prioridade para o investigador*” (Boisvert, D., 2009:105)

Porém, a diversidade metodológica da própria na análise de conteúdo em nada tem contribuído para uma clarificação desta problemática. A recente proposta de Alex Mucchielli de uma semiótica situacional revela muitos dos desafios que se colocam neste domínio.

Nesta perspectiva, a investigação social centra-se não apenas no conhecimento e caracterização das fontes, o que exige importantes competências informacionais, mas também

o desenvolvimento de competências analíticas que permite o conhecimento dos seus conteúdos. Entre a “forma” que contem e o conteúdo que se manifesta ou se infere das informações organizadas ou não em documentos desenvolve-se uma dialética relevante no contexto das ciências sociais e humanas.

Como afirmam François Pierre Gringas e Catherine Côté no seu capítulo “Sociologie de la Connaissance” na obra dirigida por Benoît Gauthier “*Recherche Sociale: de la problématique à la collecte des données*”

...os nossos conhecimentos são na maioria das vezes apenas representações (ou imagens) imperfeitas da realidade. Nós fabricamos estas representações a partir do que os psicólogos chamam stimuli sociais, ou seja toda a informação disponível no nosso meio: médias, conversações, experiências pessoais etc. Como o número destes stimuli ultrapassa largamente a nossa capacidade de discernimento, nós construímos um ecrã perceptual que filtra as informações e exerce inconscientemente para nós uma escolha entre as informações inteligíveis. É graça a esta escolha de informações que nós fazemos escolhas rápidas em situação de stress...Este écran elimina os dados que não tem interesse, mas também podem “ignorar” as informações que contradigam as nossas convicções. (Gringas&Coté, 2009:20-21)

Nesta perspetiva podemos postular, à partida, que não existe uma fonte “melhor” que uma outra porque cada uma permite conhecer uma parte da realidade. (Gringas&Coté,2009:21)

Com efeito o problema da “realidade” e do seu conhecimento estrutura-se à volta de um debate no quadro dos diferentes paradigmas das ciências sociais onde as questões da objetividade/subjetividade, racionalidade/irracionalidade, generalização/especificidade marcam a discussão sobre o conhecimento em ciências sociais e humanas (cf. Corcuff, Philippe, 1997: 12-17).

3 OS PARADIGMAS CIENTÍFICOS E O CAMPO CIENTÍFICO EM CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS

O conceito de paradigma “*pode-se definir-se como um conjunto articulado de postulados, de valores conhecidos, de teorias comuns e de regras que são aceites por todos os elementos de uma comunidade científica num determinado momento histórico*” (Coutinho, Clara P., 2013:9).Os principais paradigmas em Ciências Sociais e Humanas são usualmente sistematizados em paradigma positivista, paradigma qualitativo ou interpretativo e paradigma sóciocrítico (Coutinho, Clara P. 2013: 11-21)

No quadro do paradigma positivista os documentos (fontes primárias ou secundárias) insiste-se na objetividade do investigador que “*deveria permanecer neutro, evitando juízos subjetivos “objetividade”, meios de ser “objetivo” são palavras fortes da epistemologia objetivista que está na base deste paradigma...Esta epistemologia levou a um paradigma da investigação que enfatiza o **determinismo** (há uma verdade que pode ser descoberta), a **racionalidade** (não podem existir explicações contraditórias), a **impessoalidade** (tanto mais objetivos e menos subjetivos melhor), a **previsão** (o fim da investigação é encontrar generalizações capazes de controlar e prever os fenómenos), e acrescenta Usher (1996) uma certa **irreflexividade** na medida em que faz depender a validade dos resultados de uma certa aplicação de métodos esquecendo o processo de investigação em si. (Coutinho, Clara P. 2013: 13-14). Os documentos nestes contextos, muito embora sujeitos à crítica (cf. Rezsóhazy) são em si e por si passíveis de conterem elementos que permitem o conhecimento de uma verdade objetiva.*

O paradigma qualitativo ou interpretativo “...*também designado de hermenêutico, naturalista, qualitativo ou ainda, mais recentemente, **construtivista** (Cresswell,1994;Crotty,1998, Guba, 1990)Vai buscar as suas origens...às abordagens interpretativas/qualitativas ...de Edmund Husserl e Alfred Shutz, ao interacionismo simbólico de Herbert Mead e à etnometodologia de Harold Garfinkel. De uma forma sintética ...este paradigma pretende substituir as noções científicas de explicação, previsão e controlo do paradigma positivista pelas de compreensão, significado e ação” (Coutinho, Clara P.2013:16-17). Neste contexto, cada *documento* enquanto construção é significativo e compreensível no quadro da ação humana.*

O paradigma sóciocrítico encontra as suas origens na escola de Frankfurt na Alemanha. “Os fundamentos filosóficos encontram-se nas críticas de Adorno e Habermas *à economia liberal. De Marcuse à alienação consumista das sociedades capitalistas, a nível pedagógico nas ideias de Paulo Freire concretizadas na sua pedagogia da libertação e, mais recentemente (anos 80-90) no movimento pedagógico de autores como Michel Apple e Henry Giroux” (Coutinho, Clara P. 2013: 19-20). Ao tentar ultrapassar o reducionismo do paradigma positivista e o conservadorismo do paradigma interpretativo a teoria crítica introduz a problemática da ideologia no processo de produção do conhecimento científico. Para a teoria crítica o conhecimento é sempre uma construção social ligada a interesses de cariz técnico (paradigma positivista) ou a um interesse de comunicação prática (paradigma

qualitativo) ou ainda a um interesse crítico emancipatório. (Coutinho, Clara P.2013: 20-21).

Neste quadro o *documento* reflete o interesse e a ideologia que lhe confere significado. Se para cada paradigma o *documento* pode ser percebido de forma diferente também segundo estes a questão de fundo continua a ser a da existência de fatores psicossociais que estão na origem da sua construção/existência no contexto das interações sociais e a influência destes fatores na própria construção dos *documentos*. Assim, é necessário situar nas ciências sociais mas também no quotidiano das sociedades o tempo, o lugar e a lógica de produzir documentos.

Aliás como refere Corcuff “a *reflexividade sociológica por parte do investigador, (...) deve integrar na sua construção do objeto uma reflexão sobre a relação com esse mesmo objeto*” (Corcuff, Philippe, 1997:16-17) Ora, esta reflexividade sociológica, ou em ciências sociais e humanas, não pode ser exercida sem um profundo conhecimento dos mecanismos psicossociais que estruturam as relações intersociais e logo a própria lógica da formação do conhecimento.

Como contributo para esta questão iremos assim, sumariamente, abordar a relação entre a interação social e os mecanismos de defesa social para compreender como se *situa* a própria construção dos *documentos* na vida social.

4 OS MECANISMOS DE DEFESA PSICOSSOCIAIS E A CONSTRUÇÃO SOCIAL DOS DOCUMENTOS

4.1 CONTEXTOS E INTERAÇÃO SOCIAL

Como afirmamos anteriormente o *documento* é um resultado da “ação humana”. Como tal deve ser contextualizado no sistema das relações sociais e o seu significado emerge, num complexo quadro interativo, no qual encontra-se subjacente mecanismos psicossociológicos de base que configuram formas, modalidades, e manifestações social e culturalmente significativas.

Bruno Latour e Steve Woolgar (1986) “... *evidenciam o facto de que o mundo científico não pode ser concebido com o separado do mundo social, já que a esfera científica é um resultado de uma série de operações que ocorrem no mundo social*”. (Nascimento-Schulze, Célia Maria & Jesuíno, Jorge Correia, 2008:29)

Ora cerne da interação social está a ambiguidade e a incerteza que os diversos atores procuram minimizar para si e maximizar para os outros (Crozier, Michel). O documento surge assim, no contexto sincrónico da interação, como um elemento, independentemente do seu suporte (escrito, imagético ou mesmo oral), que procura fixar uma narrativa ou um facto. Em ciência, mostra-se na importância das primeiras etapas do processo de investigação: revisão da literatura sobre uma determinada matéria. No contexto das interações sociais pela necessidade de fixar “socialmente” ou seja, numa qualquer ordem normativa uma versão de um acontecimento o que por si mesmo se insere na busca de um qualquer consenso.

Layton considera, entretanto, que, *“quando efetua o seu trabalho de campo, o investigador não está a estudar textos que foram construídos no passado mas sim desempenhos atuais que estão a concretizar-se no momento que segundo Whorf, os Hopi designam por “tornar-se verdade”*(Layton, Robert, 1997:273)

Ora, é neste “tornar-se verdade” que tanto em ciência como no contexto das interações sociais que encontramos o documento em construção.

As interações sociais ocorrem assim em contextos particulares que lhe dão significado. E o que se considera *contexto* para efeito este efeito? Goffman, na sua particular abordagem da interação social, colocou a *frame analysis* no centro da análise sociológica. Pina Lalli, num importante texto (Lalli:2012), refere:

Podemos estudar a sintaxe da sociedade ao estudar a sintaxe semiótica das situações sociais e a sintaxe das interações dos indivíduos. Ao empregar o conceito de quadro - frame- (Goffman) mostra como os indivíduos conseguem identifica-lo e defini-lo em situações múltiplas, para conseguir interagir, encontrar a solução para o quadro adequada à situação dada e assim partilhá-la com os outros atores presentes. O que torna a ação aceitável e comunicável. Daí que para compreender a frame há que compreender as interações e as redes de interação dos indivíduos, e para compreender as interações há que saber reconhecer a frame e a complexidade das inumeráveis frames sociais possíveis. Ainda que na prática quotidiana estes quadros não sejam em número infinito, porque os indivíduos aprendem a “folhear” o bom quadro para a boa situação (Lalli, Pina, 2010: 132).

O contexto aparece assim como o resultado/ condição da interação humana e nesta perspectiva como dado e construção da realidade social. Com efeito como refere Pina Lalli o que é claro é que para Goffman a interação *“...e a comunicação tornada possível por este jogo recíproco de salvaguarda da face – não é uma cena apaziguadora ou idealizada: é mais uma guerra fria, em que cada um se empenha ao mesmo tempo em seguir as regras de respeito do segredo do outro e as táticas para o adivinhar, enquanto o outro faz o mesmo em relação a ele, e que o primeiro procura adivinhar os murros do outro...E vice-versa”* (Lalli, Pina,2010:134)

Assim, a problemática da interação social contextualizada permite melhor compreender a natureza dos factos sociais. Neste sentido, a problemática do objetivo/subjetivo e o facto social como dado ou como construção social assume uma importante relevância.

Na perspetiva que aqui apresento enquanto, resultado da ação humana, o *documento* é assim um elemento pluriforme (escrito, oral, visual, estético....) e contextualizado que permite, pela análise científica, a compreensão dos factos sociais.

Os conjuntos classificados e organizados de documentos aparecem considerados como *fontes* distinguindo-se habitualmente como fontes primárias ou secundárias. Em ciências sociais e humanas as fontes primárias e a sua construção são, no contexto das metodologias de investigação de terrenos centrais. Cadernos de notas de campo, entrevistas, resultados de inquéritos constituem-se eles próprios como documentos construídos pelo investigador visando o conhecimento científico.

Ora, se os documentos podem ser produzidos em contextos institucionais e organizacionais visando outros objetivos que o do saber científico a sua classificação e natureza devem nos fazer refletir na importância do processo de contextualização e de construção da realidade social e o seu reflexo no campo científico.

A este propósito é útil referir que, na perspetiva construtivista qualitativa, este problema é ultrapassado. A este propósito Corcuff insurge-se contra nos trabalhos que se situam na encruzilhada de disciplinas psicológicas e de ciências da comunicação, como os de Paul Watzlawick, que afirmam que a realidade social seria apenas representações sociais que acusa de “*negligenciar os mecanismos de objetivação, de materialização e de estabilização das realidades sociais e, nomeadamente, a forma como o mundo de objetos que povoam os nossos universos constituem constrangimentos e âncoras para as nossas ações*” (Corcuff, Philippe, 1997:24). Esta crítica é retomada, noutros termos, por Alex Mucchielli, apontando para a ignorância desta escola (a de Palo Alto) do carácter sistémico das interações sociais. (Mucchielli Alex, 2004).

Numa breve síntese podemos afirmar que no sistema das interações sociais o *documento* encontra-se numa tripla perspetiva de objetivação, estabilização e de ancoragem da realidade social (ver o conceito de Representação Social de Moscovici) e por isso constitui elemento tanto da construção do saber científico (nas ciências sociais e humanas) como um objeto relevante no contexto/ constrangimentos das interações sociais.

4.2 OS MECANISMOS *DE DEFESA* E RECOLHA DA INFORMAÇÃO *CIENTÍFICA*

Se considerarmos que a redução da ambiguidade no contexto das relações sociais está no cerne dos sistemas de interação social e que os documentos surgem tanto no campo de uma *sociologia espontânea* ou *científica* temos necessariamente de considerar quais os mecanismos psicossociais que se encontram implicados para que tal como, na introdução a este trabalho, referimos se possa proceder a uma análise crítica destes, enquanto resultado da ação humana.

Considerando apenas a dimensão inter-relacional da recolha de informação no quadro do inquérito psicossocial, segundo Roger Mucchielli (6ªed. 1978) despoleta-se os seguintes mecanismos de defesa que provêm das defesas automáticas do entrevistado (*Reações de prestígio; Contração defensiva face a questões de natureza pessoal; Respostas de sugestão devidas à formulação das perguntas; Atração pela resposta positiva; Influência de referências a personalidades e medo da mudança*). Mas também Roger Mucchielli identifica as ***Deformações involuntárias provindas da apresentação e da organização interna do questionário*** (*Retração defensiva face ao compromisso de resposta; Retração defensiva às mudanças buscas de tema; Efeito de halo ou efeito de contaminação das perguntas umas pelas outras e os efeitos ligados ao tamanho do questionário*) (Mucchielli, R. 1978: 36-44) todas elas relacionadas com os processos comunicacionais subjacentes à obtenção de informação em ciências sociais e humanas.

Ao analisar estes mecanismos de defesa Mucchielli põe-se em evidência que na interação com o investigador a defesa do “mim social” é a expressão da necessidade de preservar a face prevalece mas também aborda a reação dos indivíduos face a este tipo de “documento” que é o questionário que pela sua estrutura, tamanho, temática ...provoca, ele próprio, reações defensivas.

O *documento* resultante desta interação é assim enformado por um conjunto de respostas que tendem para acentuar as lógicas da consensualidade (atração pelo sim, referências a personalidades, reações de prestígio... medo da mudança).

Neste sentido, Rezsóhazy (conforme foi referido anteriormente) ao assumir, no juízo crítico das informações/documentos os elementos “objetivos” personalidade do informador, informação reportada/original, significado contextual, deformação da informação e confronto entre diversos atores mais não faz do acentuar que, na metodologia científica, se procura racionalmente objetivar a trama de relações complexas que se produzem na construção da própria informação.

4.3 OS MECANISMOS DE DEFESA NO CONTEXTO DAS INTERAÇÕES SOCIAIS QUOTIDIANAS

Alex Mucchielli, (1979), abriu um novo campo de investigação acerca dos mecanismos de defesa social ao ultrapassar o conceito definido no contexto Freudiano demasiado ligado, na sua opinião, aos mecanismos de defesa do mim. (Mucchielli, A., 1979:6). Este livro está organizado em três grandes capítulos pondo em evidência as defesas sociais na vida quotidiana, la relação dual de papéis e no contexto das relações grupais.

Tendo em conta os objetivos desta comunicação irei apenas enunciar as desenvolvidas no contexto da interação social quotidiana. Para Alex Mucchielli estas despoletam-se pelo encontro e na presença de outrem. São estas as reações de defesa social que se produzem no encontro entre dois ou mais indivíduos (reações de alerta e reações preventivas) e as atividades de “definição” e reflexos defensivos. A problemática do “conhecido/desconhecido” e a do “bom/mau” para si também são consideradas na *lógica* dos mecanismos de defesa social.

Mas, não há dúvida que um dos mecanismos mais importantes radica na **categorização social**. Alex Mucchielli afirma: *“Para ajudar a esta classificação, cada sociedade, diz Berger dispõe de um “reportório de identidades” que permite o conhecimento objetivo dos seus membros. Os índices que definem os elementos da categorização social são todos signos e elementos que constituintes da fachada social (sinais exteriores, aparências...)”* (Mucchielli, Alex, 1978:24)

Com efeito, a identidade social tem um papel importante no “situar” o “outro” na hierarquia social... e assim, diante desta *“ estruturação da situação relacional ...os indivíduos tem a escolha perante diversas condutas. No caso onde a situação não é aceite, porque esta é vista como um atentado à sua própria posição social, o jogo inter-relacional terá como objetivo redefinir a situação de uma forma mais vantajosa para o parceiro inferiorizado...segundo a situação e as suas possibilidades ver-se-á o indivíduo adotar reações de agressão, de “prestância”, de desafio ou ainda de evitamento da situação. Quando o interlocutor está numa situação demasiado vantajosa ou quando este está numa posição de força, que este poderá ainda acentuar, o sujeito fará recurso de outros tipos de reação defensivas: inibição, ou mesmo retração (diminuir-se, fazer-se pequeno...), ele poderá se submeter à situação, se conformar ao papel expectável, ele poderá mesmo tentar aproveitar da dissimetria da relação para se queixar, para seduzir e se fazer proteger....E conclui: “...*

todas estas reações defensivas têm por finalidade proteger o “Mim social “. (Mucchielli,Alex,1978:25)

Ora, estas reações de defesa nas interações podem como o próprio Mucchielli refere se manifestarem ao nível grupal (e diria mesmo a nível societal). Mucchielli põe em evidência a inibição, a conformação, a autovalorização,a sedução e a proteção no contexto do individuo face ao grupo. No quadro das reações defensivas do grupo face ao individuo releva: a agressão, a rejeição, a intimidação e a fuga.(Mucchielli, Alex,1978:67-70) e a nível intergrupal: a defesa do “mim grupal” que

é o resultado de uma troca dialética entre o grupo e os outros grupos a partir dos parâmetros da sua identidade. O grupo apresenta-se, os outros o avaliam, e enviam-lhe uma imagem deformada dele próprio, e ele reage a esta imagem. O grupo como o individuo defende o “mim social”, a imagem dele próprio. Ele reagirá sempre cada vez que um dos elementos do sistema for ameaçado. Como para os indivíduos, encontramos nos grupos os mesmos mecanismos de defesa social. Uma boa parte da vida social- que por causa da importância dos mass media se funda sobre as imagens dadas aos outros- é compreensível a partir dessas reações de defesa. (Mucchielli, Alex,1978:72)

Esta passagem do texto de Alex Mucchielli introduz a *problemática instituinte* das múltiplas assimetrias nas relações sociais e os mecanismos de defesa que estas “situações” acabam por gerar nos diferentes contextos sociais mas também põem em evidência as *consequências não intencionais da ação* que constituem para Giddens com o inconsciente, um dos limites principais da competência dos atores (Corcuff,Philippe,1997:63).É neste quadro que demos analisar duas das dimensões mais abordadas no contexto da Sociologia da Informação o da diferencialidade do acesso à informação.

Uma análise cuidadosa das reações de defesa social permite situar a o acesso aos documentos enquanto elemento de construção de uma ordem normativa tanto no contexto das relações sociais como na própria construção dos factos científicos. Assim, quando Rezsohazy fala da importância na crítica das fontes na necessidade da confrontação das mesmas (pluralidade de perspetivas) mais não faz do que situar a produção da objetividade no contexto ator-presença/ o ator/testemunha tão importante na realização de documentos oficiais como na construção das narrativas do passado.

Neste quadro assume especial relevância a problemática da memória social enquanto mecanismo de atribuição de sentido que significativamente liga elementos do passado aos do presente: escrevendo e reescrevendo os factos/ informações/ comunicações. (cf. Candau, Joël, 2013).

Ora pelos mecanismos de defesa social pusemos em evidência que este contexto despoleta reações de defesa do “mim” (social e grupal) que tende a deformar involuntariamente a informação. Assim, se considerarmos toda e qualquer informação como a confrontação de um “dado” com a intencionalidade dos atores na percepção do seu conteúdo latente ou manifesto. Então estaremos sempre perante uma seleção diferencial, pelos indivíduos e pelos grupos, dos elementos de informação que articulam o espaço e o tempo definidores da situação.

A atribuição de intencionalidade insere-se, por isso, também no contexto das interações sociais, ou seja inserem-se nas lógicas de dominação social e nas restrições que esta provoca.

A este propósito para além da contribuição da teoria crítica podemos referir Gilberta Rocha que num trabalho sobre os censos em Portugal mostra, que ao longo dos períodos históricos, podemos (tanto na linguagem como na forma) identificar os interesses dominantes que orientam a produção destes documentos estatísticos. (Rocha, Gilberta, 2003) Esta seleção põe em evidência os mecanismos de poder que se revelam na assimetria das relações sociais.

4.4 OS MECANISMOS DE DEFESA E ANÁLISE DE CONTEÚDO/ ANÁLISE DO SENTIDO DOS DOCUMENTOS E DAS COMUNICAÇÕES

Após verificarmos a lógica da produção do documento/documentos no contexto social torna-se necessário proceder à crítica da restituição, segundo Rezsohazy, que não pode ser feita senão através de técnicas de análise de conteúdo visando a interpretação das informações e dos documentos. O que em bom rigor se materializa numa análise de sentido/significado.

Segundo Roger Mucchielli (1978) existem três tipos de análise de conteúdo as que aplicam os métodos lógicos, estéticos e formais; os que utilizam métodos lógico-semânticos e os que adotam métodos semânticos e semânticos estruturais. Situados entre o domínio da linguística e o da hermenêutica estas metodologias são essenciais para a compreensão do sentido compreendido nos documentos e comunicações. (Cf. Mucchielli, A., 1979:27) Mais recentemente é de referir a importância, no contexto das metodologias de análise de conteúdo da *modelização* das informações. (cf. Mucchielli, A., 2004, e Lalande-Gonçalves, 2010)

Não iremos aqui desenvolver todas estas metodologias mas sobretudo salientar que tanto pela inferência como pelo controlo dos enviesamentos involuntários estamos de novo perante lógicas que nos colocam no cerne da construção do sentido a partir de documentos e

comunicações eles próprios sistematizados no contexto científico e que procuram interpretar os múltiplos sentidos da ação.

4.4.1 O problema da inferência

A ideia que documentos produzidos como objeto científico ou obtidos *á priori* contem um significado explícito ou latente acompanha toda a reflexão científica acerca desta matéria. Esta questão coloca no centro da análise de conteúdo o problema da inferência. Segundo Roger Mucchielli o *“conteúdo manifesto foi, nas primeiras definições o único tolerado. Berelson retomado nesta questão por Janis, por Stone e outros inclui na sua definição “conteúdo manifesto”...recortar a informação em unidades informacionais, classificar as unidades em temas ou em categorias, contar, correlacionar, comparar estas categorias através de vários “tratamentos”....eis as operações que não deixam o conteúdo, objeto finito, considerado como o **único real disponível**. (Mucchielli,1978:21)*

Porém como é reconhecido por Mucchielli, a necessidade de inferir para além do conteúdo manifesto impôs-se a diversos teóricos. *“Inferir é ultrapassar os dados para atingir qualquer coisa para além de, na relação com os dados, é por isso tomar os dados por um caminho para outra coisa que não se encontra nos dados. O conteúdo manifesto de Berelson perde assim o seu valor absoluto”. Mucchielli,R. 1978:21).*

4.4.2 O problema dos enviesamentos

A metodologia da análise de conteúdo foi, segundo Mucchielli, contruída contra os riscos da interpretação subjetiva. Neste sentido este autor enuncia os seguintes riscos: a incompreensão do sentido (desconhecimento da língua, do repertório e das ideias) e os enviesamentos afetivos e ideológicos (grau de sensibilidade e emotividade dos operadores, a influencia da ideologia do codificador) (Mucchielli, R., 1978:28-30)

Este tipo de abordagem ao levantar estes problemas associados à interpretação acaba por vir a confirmar a necessidade de se pensar a realidade social e humana numa nova perspetiva.

Com efeito tanto a necessidade de inferência como a da ultrapassagem dos enviesamentos mostram bem que as ciências sociais e humanas se produzem nos contextos sociais e que em bom rigor a interpretação dos documentos também em múltiplos contextos

da sua própria produção e acesso. De facto ao considerarmos os mecanismos de defesa social e grupal podemos também no contexto da análise de conteúdo que os mesmos se manifestam. A tendência para a conformidade tanto com os processos de construção da realidade social (representações sociais, mecanismos de defesa social...) como com quadros ideológicos que enformam a realidade social.

A este propósito para além da contribuição da teoria crítica podemos referir Gilberta Rocha que num trabalho sobre a informação demográfica nos Açores mostra, que ao longo dos períodos históricos, podemos (tanto na linguagem como na forma) identificar os interesses dominantes que orientam a produção destes documentos estatísticos. (Rocha, Gilberta, 2003:403-423) Esta seleção põe em evidência os mecanismos de poder que se revelam na assimetria das relações sociais.

5 CONCLUSÃO

A produção documental e o seu carácter “objetivo” na análise pelas ciências sociais e humanas levantam diversos problemas epistemológicos, teóricos e metodológicos. Se por um lado no contexto das relações sociais o “documento” pode ser referência, símbolo e significado enquanto objeto de análise nas ciências sociais e humanas o “documento” é objeto de múltiplas leituras.

Os elementos estruturais desta análise: forma, conteúdo, expliciticidade e latência dos conteúdos no contexto dos processos de interação e comunicacionais revelam a plurisemia que se encontra associado ao “objeto”: documento que na sua construção social incorpora e enforma os diferentes mecanismos de defesa que se despoletam nos diferentes contextos da interação social. É por isso, que estamos continuamente, na sua análise, a tentar captar significados “fugidios”.

Baudrillard no seu livro o « *Le système des objets* », 1968, afirma « *cada um dos objetos práticos está associado a um ou vários elementos estruturais, mas para além disso eles fogem todos continuamente da estruturalidade técnicas para segundossignificados, do sistema tecnológico para o sistemacultural.*” (Baudrillard, 1968:14).

Mutatis mutandis podemos dizer que o documento no contexto das ciências sociais e humanas e no quadro das funcionalidades que este assegura no quadro das interações face a face, grupais ou sociais também foge continuamente da sua *estruturalidade técnica* para múltiplos sentidos e significados sociais.

É neste quadro que a *semiótica situacional* de Alex Mucchielli pode se revelar útil ao articular de uma forma geral o quadro temporal, o quadro cultural e normativo e o quadro relacional redefinindo o conceito de situação. A metodologia mete em relevo a relação do *facto a analisar* com um “quadro” que serve de pano de fundo. “...este “quadro” é aliás constitutivo de uma situação mais ampla que não temos que considerar na sua totalidade. (Mucchielli, A. 2008:21)

Porém, se contextualizarmos o documento no processo de desenvolvimento das técnicas de comunicação e da informação, podemos realçar outras dimensões. Como refere Adriano Duarte Rodrigues “ *podemos adivinhar que por detrás do processo de invenção e desenvolvimento das técnicas de comunicação e da informação, pelo menos dois sentidos diferentes, mas complementares. Podemos entendê-lo como um processo de exteriorização da memória, tanto da memória biológica, dos dispositivos instintivos, da memória cultural, a partir da qual se constituem marcas da identidade, individual e coletiva...Mas também podemos entender (...) como processo de nomadização da experiência sedentária do mundo. Neste sentido, as técnicas de informação constituem um processo de desterritorialização, uma modalidade técnica de retorno à relação nómada com o território.*” (Rodrigues, A., 2ª ed. 2010:145-146)

Esta pluralidade de perspetivas levanta por vezes mais questões do que respostas e esteve e está, por vezes, no cerne de diversas ruturas epistemológicas que ao longo da história das ciências sociais e humanas foram realizando Aqui deixamos o nosso, singular, contributo para este debate.

REFERÊNCIAS

Baudrillard, Jean (1968), *Le système des objets*. Paris, Coll. Tel, Gallimard.

Corcuff, Philippe (1997), *As novas Sociologias*. Sintra, Vral.

Coutinho, Clara Pereira, (2ª ed. 2013) *Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas. Teoria e Prática*. Coimbra, Almedina.

Gauthier, Benoît (2009) *Recherche Sociale. De la problématique à la collecte des données*. Québec, Presses de l'Université du Québec.

Lalanda-Gonçalves, Rolando (2010) *A sistémica qualitativa: uma reflexão nos Açores*. Ponta Delgada, CES-UA.

Lapassade, Georges (1996) *Les microsociologies*. Paris Anthropos.

- Layton, Robert (2001) *Introdução à teoria em Antropologia*. Lisboa, Edições 70.
- Mannoni, Pierre, (1998) *Les représentations sociales*. Paris, PUF.
- Mucchielli, Alex, (1978) *Les réactions de défense dans les relations inter-personnelles*. Paris, ESF editions.
- Mucchielli, Alex, (2004) *Dictionnaire des méthodes qualitatives en sciences humaines*. Paris, Armand Colin.
- Mucchielli, Alex, (2008) *Manuel pour le diagnostic systématique des relations humaines*. Ed. de l'auteur.
- Mucchielli, Alex, (2008) *Manuel de sémiotique situationnelle*. Ed. de l'auteur.
- Mucchielli, Roger (1978), *L'analyse de contenu*. Paris, ESF Éditions.
- Nascimento-Schulze, Célia Maria & Jesuíno, Jorge Correia (org.) (2008) *Representações Sociais Ciência e Tecnologia*. Lisboa, Instituto Piaget.
- Rezsöházy, Rudolph, (1976) *Théorie et Critique des Faits Sociaux*, Bruxelles, Renaissance du Livre.
- Rocha, Gilberta (2003) *A informação demográfica nos Açores oitocentistas*. in Actas do Colóquio Ernesto do Canto: retratos do homem e do tempo.
- Rodrigues, Adriano Duarte, (2ª Ed., 2010) *As técnicas de comunicação e informação*. Lisboa, Presença.
- Uhl, Magali, (2004) *Subjectivité en sciences. Essai de metasociologie*. Paris, Beauchesne Editeur.